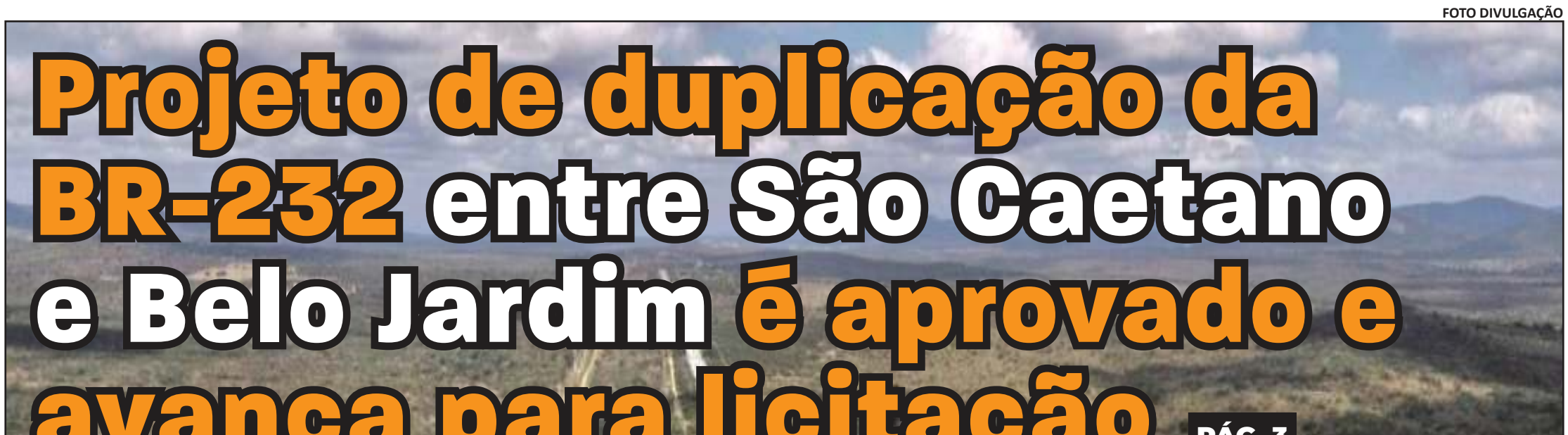
Número de raios cresce quase 300% em Pernambuco no primeiro trimestre de 2026 PÁG. 4

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 05 • Domingo, 12 de abril de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

FOTO DIVULGAÇÃO



Projeto de duplicação da BR-232 entre São Caetano e Belo Jardim é aprovado e avança para licitação PÁG. 3

FOTO DIVULGAÇÃO



Tragédia no Pilar reacende cobrança por moradias não entregues por João Campos no Recife PÁG. 2

FOTO DIVULGAÇÃO



Sancionada leis que endurecem o combate à violência contra a mulher PÁG. 2

Receita já recebeu mais de 10 milhões de declarações do Imposto de Renda; veja quem deve declarar e como fica o MEI PÁG. 2

Comissão da Câmara de Olinda rejeita contas de Professor Lupércio e caso amplia tensão política no município PÁG. 3



Operação nacional da PF fiscaliza distribuidores e revendedores de botijão de gás em Pernambuco PÁG. 4

ARTIGOS

POR PAULO SALES
ADVOGADO E PRÉ CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL.

Olinda precisa de cultura e esporte para vencer a crise da segurança PÁG. 4

POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO E ESCRITOR

Arraes, Jango, JK e a Operação Condor e a Conspiração Condor. Conspiração Condor PÁG. 5

Tragédia no Pilar reacende cobrança por moradias não entregues por João Campos no Recife

FOTO DIVULGAÇÃO



A tragédia registrada na Comunidade do Pilar, no Centro do Recife, voltou a expor o problema histórico da falta de moradia digna para famílias que vivem em áreas de risco. De acordo com publicação do Blog Manoel Medeiros, a gestão do ex-prefeito João Campos teria deixado de entregar 128 moradias que haviam sido contratadas ainda em 2023 para a comunidade.

Segundo a publicação, o projeto habitacional para a área atravessa quatro gestões do PSB e enfrenta sucessivos atrasos ao longo dos anos. A proposta original remonta a um convênio firmado em 2009, mas somente em 2023 teria sido assinado contrato para a construção de 256 unidades habitacionais, sendo que metade delas ainda não foi concluída.

Dados oficiais mostram que o projeto habitacional do Pilar prevê 256 unidades, sendo 128 em construção e outras 128 contratadas para execução posterior, com investimento de mais de R$ 33 milhões.

Parte dessas moradias já foi entregue em 2025, quando 128 famílias receberam apartamentos do Habitacional Papa Francisco. No entanto, outras unidades ainda permanecem pendentes, prolongando a espera de moradores que vivem em situação de vulnerabilidade.

A tragédia recente na comunidade, que deixou mortos após o desabamento de uma estrutura durante as chuvas, reacendeu o debate sobre a urgência de políticas habitacionais e a retirada de famílias de áreas consideradas de risco. Moradores cobram agilidade na entrega das moradias e soluções definitivas para evitar novos acidentes.

O caso reforça a pressão política sobre a gestão municipal e também repercute no cenário eleitoral estadual, ampliando o debate sobre habitação, planejamento urbano e segurança estrutural em áreas históricas do Recife.

Centro do Recife tem 136 imóveis com risco estrutural alto ou muito alto, aponta Defesa Civil

A área central do Recife possui 136 imóveis com risco estrutural alto ou muito alto, segundo levantamento da Defesa Civil do município. O dado voltou a chamar atenção após o desabamento de um casarão na comunidade do Pilar, que deixou dois mortos e dois feridos e reacendeu o alerta sobre a situação de prédios antigos e abandonados na capital pernambucana.

De acordo com o levantamento, 102 imóveis foram classificados com risco alto e 34 com risco muito alto, após vistorias técnicas realizadas pela Defesa Civil. Apesar da classificação, o órgão informou que os casos não indicam necessariamente risco iminente de desabamento, já que algumas situações podem ser controladas com intervenções e manutenção adequadas.

O alerta ganhou força após a tragédia registrada na comunidade do Pilar, no Centro do Recife, onde o desabamento de parte de um casarão histórico atingiu residências construídas de forma improvisada e provocou duas mortes. Após o incidente, a Defesa Civil identificou ainda 17 moradias em situação irregular na área, que deverão ser desocupadas por apresentarem risco.

A maior parte dos imóveis com problemas estruturais está localizada na área central da cidade, onde há concentração de edificações antigas, muitas delas abandonadas ou com manutenção precária. O cenário aumenta a preocupação, especialmente em períodos de chuvas intensas, quando o risco de desabamentos tende a crescer.

O levantamento também reforça o desafio enfrentado pelo poder público para lidar com imóveis privados abandonados. Em muitos casos, a responsabilidade pela manutenção é dos proprietários, o que dificulta intervenções imediatas e amplia o risco para moradores e pedestres que circulam pela região.

Sancionada leis que endurecem o combate à violência contra a mulher

FOTO DIVULGAÇÃO



O governo federal sancionou, nesta quinta-feira (9), três projetos de lei que fortalecem o combate à violência contra a mulher. Um deles prevê monitoramento eletrônico de agressores em caso de violência doméstica.

O segundo projeto tipifica crime de vicaricídio, assassinato de filhos e parentes como forma de punir ou causar sofrimento às mulheres. Já o terceiro projeto sancionado cria o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra Mulheres Indígenas.

Durante a cerimônia de assinatura no Palácio do Planalto, o Presidente Lula destacou que a legislação precisa estar atenta e atualizada para lidar com os diversos tipos de violência praticados contra as mulheres.

CAUSAS E EFEITOS

"Toda lei que a gente faz corrige em determinado momento alguma coisa. Mas os violentos encontram um jeito de burlar o que foi feito. Na verdade, estamos cuidando dos efeitos e não das causas", afirmou Lula ao defender, também, leis que levem o tema para o campo da educação, focada nos jovens, de forma a favorecer uma melhor formação comportamental.

"Se a gente não cuidar da causa, a gente não vai resolver esse problema. A mulher sempre estará à mercê de alguém que não cumpre nenhuma regra. O desafio é muito sério", completou presidente da República.

Lula lembrou que os mais jovens têm, por meio das novas tecnologias, cada vez mais acesso a informações que nem sempre são as mais adequadas. Nesse sentido, reiterou a importância de o país avançar na regulação das redes sociais e de determinados conteúdos inapropriados que circulam pela internet.

"Quem dera essas informações [difundidas nas redes sociais] fossem para uma boa formação; que fossem coisas educacionais e produtivas para criarmos um novo homem e uma nova mulher", discursou o presidente ao lamentar que haja mais facilidades para se acessar coisas ruins do que boas nesses meios.

VIOLÊNCIA

Para o presidente, a falta de controle das plataformas digitais é um dos fatores de incentivo à violência e ao não cumprimento de regras.

"Precisamos evitar que os crimes aconteçam. Se a gente não brigar com as plataformas para cuidar disso, não é pai e mãe que vão conseguir cuidar. Não é, até porque pai e mãe têm muitos outros afazeres, e nem sempre estão dentro do quarto, deitados na cama com o filho, vendo o que ele está fazendo [nas redes sociais]. O desafio é muito grande", completou.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

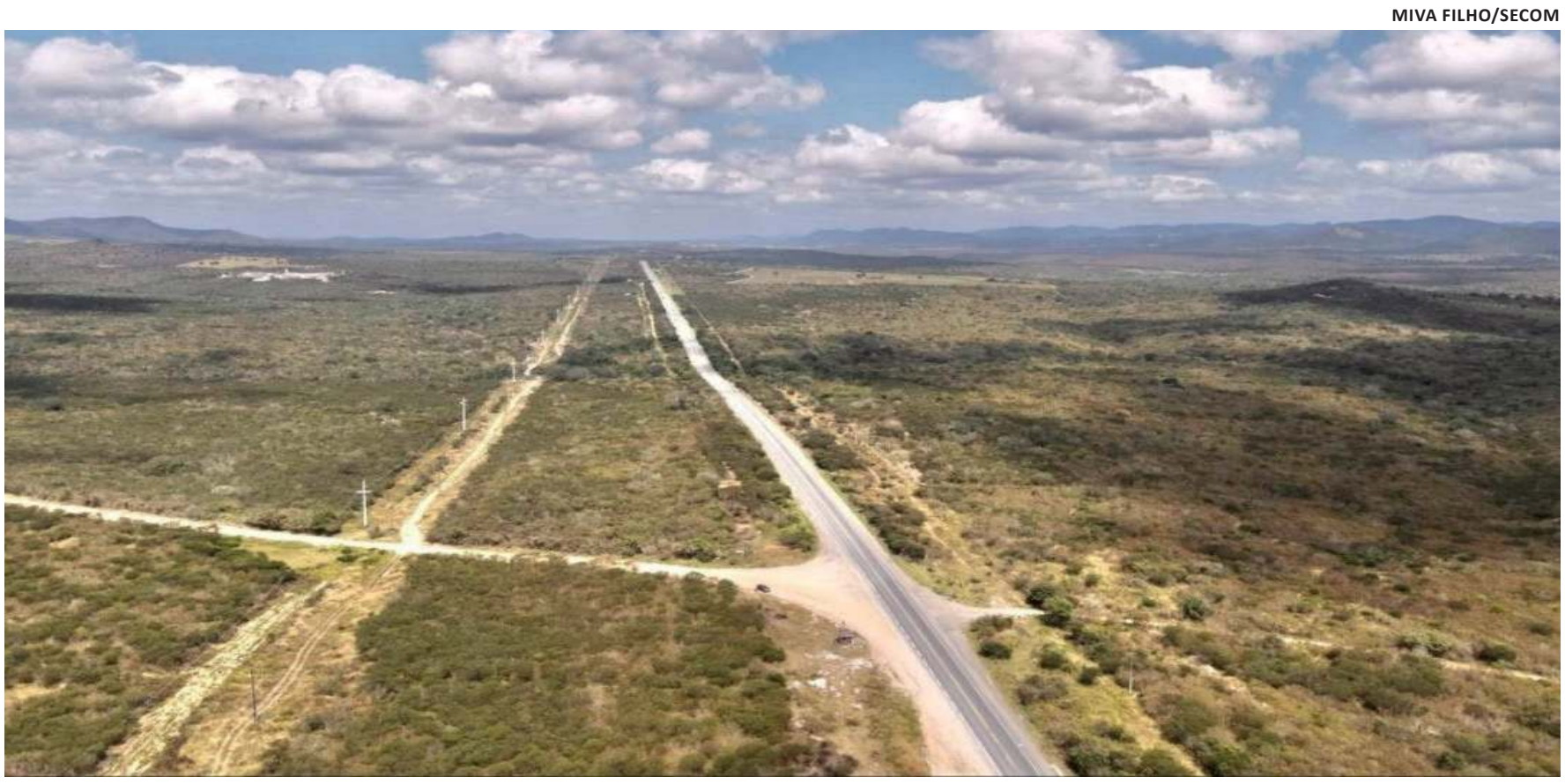
ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.



Projeto de duplicação da BR-232 entre São Caetano e Belo Jardim é aprovado e avança para licitação

MIVA FILHO/SECOM



O projeto de duplicação da BR-232, no trecho entre São Caetano e Belo Jardim, no Agreste pernambucano, foi aprovado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). A informação foi divulgada pelo Governo de Pernambuco e representa um avanço para uma das obras mais aguardadas da região.

Segundo o governo estadual, o projeto básico e executivo contempla 28,8 quilômetros de extensão, entre os quilômetros 149,10 e 177,90 da rodovia. Além da duplicação, o plano prevê a recuperação do pavimento existente e melhorias estruturais para aumentar a segurança e a fluidez do tráfego.

A BR-232 é considerada um dos principais corredores logísticos de Pernambuco, ligando a Região Metropolitana do Recife ao Agreste e ao Sertão, sendo fundamental para o transporte de pessoas, mercadorias e para o escoamento da produção agrícola e industrial do interior.

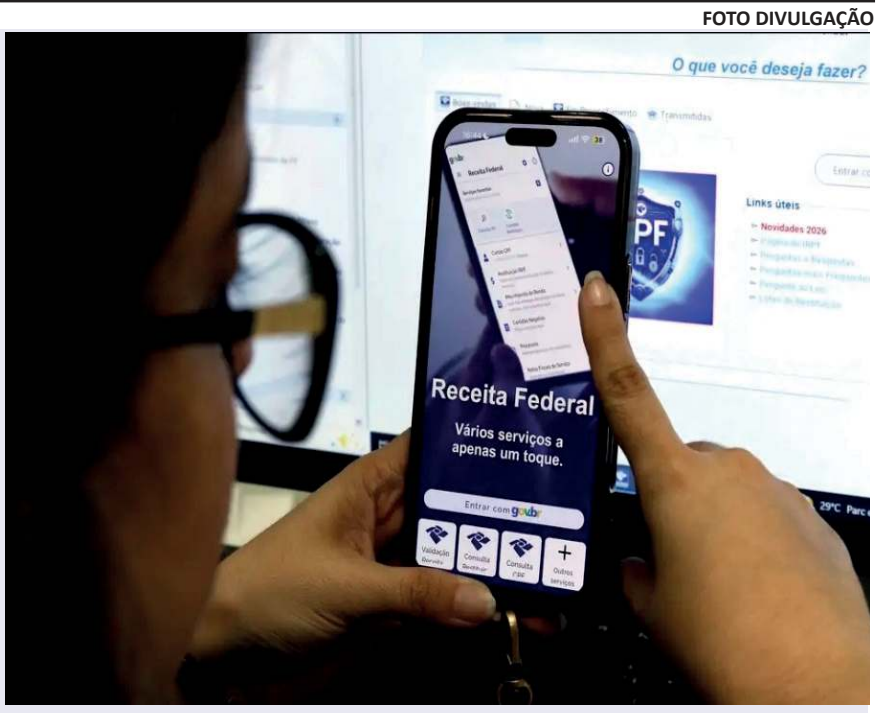
De acordo com o governo, o trecho aprovado integra o primeiro lote da duplicação da rodovia, que seguirá até o município de Arcoverde. Já o segundo lote prevê a continuidade da obra entre Arcoverde e Serra Talhada, ampliando a reestruturação de um dos principais eixos rodoviários do estado.

Com a aprovação do DNIT, o projeto avança agora para a fase de licitação. Segundo o governo estadual, a previsão é que o processo seja iniciado ainda neste semestre, com expectativa de início das obras após a conclusão dessa etapa.

A duplicação da BR-232 é considerada estratégica para o desenvolvimento do interior, já que a obra deve reduzir o tempo de deslocamento, melhorar a segurança viária e impulsionar a economia regional, beneficiando diretamente municípios do Agreste e do Sertão pernambucano.

Receita já recebeu mais de 10 milhões de declarações do Imposto de Renda; veja quem deve declarar e como fica o MEI

FOTO DIVULGAÇÃO



A Receita Federal do Brasil já recebeu mais de 10 milhões de declarações do Imposto de Renda 2026. O número mostra que o envio começou em ritmo acelerado, mas milhões de brasileiros ainda precisam prestar contas dentro do prazo, que segue até o dia 29 de maio. A expectativa do órgão é que cerca de 44 milhões de declarações sejam entregues neste ano.

De acordo com o balanço parcial, a maior parte dos contribuintes terá valores a receber. Aproximadamente 76,7% das declarações enviadas até agora indicam restituição, enquanto 13,4% terão imposto a pagar e 9,9% não terão valores nem a pagar nem a receber. Esses dados reforçam a importância de enviar a declaração com antecedência, já que quem entrega primeiro também costuma receber a restituição mais cedo.

QUEM DEVE DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA

Devem declarar o Imposto de Renda 2026 os contribuintes que, ao longo de 2025:

- Receberam rendimentos tributáveis acima do limite estabelecido pela Receita
- Tiveram rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados na fonte acima do valor exigido
- Obtiveram ganho de capital com venda de imóveis, veículos ou outros bens
- Realizaram operações na bolsa de valores
- l Possuíam bens ou direitos acima do limite determinado
- Passaram à condição de residente no Brasil durante 2025
- Tiveram receita bruta em atividade rural acima do limite permitido

Além disso, pessoas que receberam herança, doações ou tiveram lucros com investimentos também devem verificar se precisam declarar.

COMO FICA O MEI

Quem é Microempreendedor Individual (MEI) precisa ter atenção redobrada. Ser MEI não significa que o contribuinte está automaticamente dispensado da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física.

O microempreendedor deve declarar o Imposto de Renda se:

- Recebeu rendimentos tributáveis acima do limite anual
- Teve outras fontes de renda, como salário, aposentadoria ou aluguel
- Retirou valores da empresa acima do limite permitido
- Possui bens acima do valor exigido pela Receita

Outro ponto importante é que o MEI também deve entregar a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-SIMEI), que é obrigatória para todos os microempreendedores, mesmo para aqueles que não tiveram faturamento durante o ano. Ou seja, o MEI pode ter duas obrigações distintas:

- Declaração do MEI (empresa)
- Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física

Essa diferença costuma gerar dúvidas, mas ambas são obrigatórias dependendo da situação financeira do microempreendedor.

RESTITUIÇÃO E PRAZO

O calendário de restituição segue a ordem de entrega da declaração, respeitando também prioridades legais, como:

- Idosos
- Pessoas com deficiência
- Professores
- Quem utilizou declaração pré-preenchida
- Quem optou por receber via Pix

Por isso, especialistas recomendam que o contribuinte organize documentos com antecedência e evite deixar para os últimos dia

MULTA PARA QUEM PERDER O PRAZO

Quem não entregar a declaração dentro do prazo estará sujeito a multa mínima de R$ 165,74, podendo chegar a 20% do imposto devido. Além disso, o CPF pode ficar com pendências, dificultando financiamentos, abertura de contas e outras operações financeiras.

A orientação da Receita Federal do Brasil é que os contribuintes não deixem para a última hora e revisem cuidadosamente as informações antes do envio, evitando cair na malha fina e possíveis problemas futuros.

Comissão da Câmara de Olinda rejeita contas de Professor Lupércio e caso amplia tensão política no município

FOTO DIVULGAÇÃO



A Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Olinda emitiu parecer pela rejeição das contas de 2021 do ex-prefeito Professor Lupércio, contrariando recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que havia orientado pela aprovação com ressalvas.

O parecer foi aprovado por maioria pelos vereadores Ricardo Souza, presidente da comissão, e Milcon Rangel, relator. Já o vereador Felipe Nascimento votou pela aprovação com ressalvas. Felipe é sobrinho do ex-prefeito Professor Lupércio e marido da atual prefeita de Olinda, Mirella Almeida.

O relatório aponta supostas irregularidades consideradas graves, como falhas na aplicação de recursos do Fundeb, problemas na Lei Orçamentária Anual, inconsistências administrativas e possíveis descumprimentos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com o parecer aprovado na comissão, o caso segue agora para votação no plenário da Câmara Municipal de Olinda, que dará a decisão final. A análise deve intensificar o clima político na cidade, já que a rejeição das contas pode ter impacto direto no cenário político local e no futuro do ex-prefeito.

FOTO DIVULGAÇÃO

ARTIGO (*) POR PAULO SALES

Olinda precisa de cultura e esporte para vencer a crise da segurança



A crise na segurança de Olinda já não cabe apenas nas estatísticas dos programas e páginas policiais. Ela se instalou no cotidiano como um assobio estranho nas ladeiras. Muda-se o trajeto da feira, adia-se a visita à mãe, fecha-se o portão antes do anoitecer. Um novo vocabulário surge nas conversas de calçada, com termos como toque de recolher informal, grupo de alerta e vidro laminado. O medo, quando vira rotina, paralisa mais que o crime. Esvazia a praça, afasta o adolescente do convívio comunitário e enfraquece a vida coletiva. Enquanto isso, o poder público, entre planilhas e discursos, parece responder com a mesma lógica de sempre, apostando em mais viaturas e mais câmeras, enquanto a cidade pede uma linguagem diferente.

É nesse cenário que esporte e cultura surgem não como complemento, mas como infraestrutura social. Uma quadra iluminada, com rede de vôlei esticada até a noite, disputa atenção com as mensagens de alerta sobre suspeitos na esquina. Oferece corpo ocupado, regras compartilhadas e presença de adultos de referência. Uma oficina de percussão na escola municipal cumpre papel semelhante. Devolve ao jovem o direito ao protagonismo sem farda ou algema. Há evidências de que bairros com agenda cultural consistente reduzem ocorrências menores porque fortalecem vínculos comunitários. A polícia é indispensável. Investiga, prende e desarma. Mas não constrói sozinha o tecido social que desestimula o primeiro delito. Esse tecido nasce no treino de base, no ensaio de maracatu, no campeonato de dominó na taberna do bairro. Chama-se pertencimento, algo que não aparece nos organogramas oficiais.

Olinda possui vantagens naturais. Tem tradição cultural, mestres vivos e ladeiras que se transformam em anfiteatro. O programa ideal não precisa começar do zero. Basta ativar o que já existe. Visualizar o calendário da Pitombeira da Amparo, integrar futebol de areia na orla com projetos de leitura, unir oficinas de restauro às aulas de história no Carmo. Cada atividade funciona como um ponto de controle social difuso, com o olhar do técnico, a presença da artesã e a escuta do educador. É uma estratégia mais barata e mais duradoura que câmeras com reconhecimento facial. Além disso, devolve à juventude uma narrativa alternativa à do crime. Há orgulho possível em levantar um troféu de bairro ou sair no jornal pelo samba reggae bem executado. Onde existe enredo alternativo, o recrutamento do crime perde força.

A resposta completa exige investigação eficiente e patrulhamento inteligente. Não se trata de romantizar o problema. A virada histórica virá quando a prefeitura entender que oficina de grafite e liga de basquete não são apenas ação social, mas política de segurança pública. Olinda já superou muitos desafios. O frevo atravessou gerações, o maracatu resistiu ao tempo e a cultura sempre encontrou caminhos. A cidade pode superar o medo se o poder público trocar o palanque pela parceria e compreender que quadra cheia e ateliê aberto também desarmam a violência. Olinda tem as ferramentas. Falta usá-las antes que a próxima ladeira se cale.

Olinda, abril de 2026.
(*) Paulo Sales
Advogado e pré candidato a deputado estadual.

FOTO DIVULGAÇÃO



Operação nacional da PF fiscaliza distribuidores e revendedores de botijão de gás em Pernambuco

Uma operação nacional coordenada pela Polícia Federal realizou, na última quinta-feira (9), fiscalizações em distribuidores e revendedores de botijão de gás em Pernambuco e outros estados do país. A ação faz parte de uma força-tarefa voltada para identificar irregularidades na comercialização do gás de cozinha e possíveis prejuízos ao consumidor.

De acordo com a Polícia Federal, a operação foi realizada em 24 cidades de 15 estados, além do Distrito Federal, alcançando 55 estabelecimentos. As equipes são compostas por agentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Procons e policiais federais.

O objetivo da fiscalização é identificar práticas como aumento irregular de preços, acordos entre empresas concorrentes para controle do mercado e outras condutas consideradas abusivas. Caso sejam encontradas irregularidades, os casos serão encaminhados para investigação da Polícia Federal.

Segundo os órgãos envolvidos, os possíveis crimes investigados incluem infrações contra a ordem tributária e econômica, além de violações às relações de consumo e à economia popular.

Além de Pernambuco, a operação ocorreu nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

A ação integra uma força-tarefa nacional que busca ampliar a fiscalização do mercado de combustíveis e do gás de cozinha, reforçando a proteção ao consumidor e combatendo práticas consideradas irregulares no setor.

Número de raios cresce quase 300% em Pernambuco no primeiro trimestre de 2026

FOTO DIVULGAÇÃO



O número de raios em Pernambuco apresentou crescimento expressivo nos primeiros meses de 2026. Dados da Climatempo mostram que, entre janeiro e março, foram registradas 124.109 descargas atmosféricas em todo o Estado, quase três vezes mais do que no mesmo período de 2025, quando o total foi de 43.688 ocorrências. O aumento acumulado chega a 284%, acendendo um alerta sobre a intensificação de eventos climáticos extremos.

O comportamento dos dados ao longo do trimestre mostra uma mudança significativa no padrão climático. Em janeiro, houve redução no número de raios em comparação ao mesmo mês do ano passado. O total caiu de 32.161 registros em 2025 para 10.508 em 2026. No entanto, o cenário mudou rapidamente a partir de fevereiro, quando Pernambuco registrou uma explosão no número de descargas atmosféricas. O mês passou de 3.107 raios em 2025 para 76.113 em 2026, representando um aumento de 2.450%.

Em março, o volume também cresceu de forma expressiva. Foram 35.462 raios registrados em 2026, contra 6.395 no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 555%. Esse avanço significativo está associado à combinação de calor intenso, alta umidade e chuvas concentradas, fatores que criam condições favoráveis para a formação de tempestades elétricas.

O aumento das descargas atmosféricas foi percebido em diferentes regiões do Estado, com destaque para o interior, onde os registros foram mais elevados. O município de Ouricuri lidera o ranking, com 6.180 raios no primeiro trimestre de 2026, número muito superior aos 1.036 registrados no mesmo período do ano passado. Em seguida aparece Araripina, com 5.487 descargas, quase quatro vezes mais que os 1.292 de 2025.

Outro município que chama atenção é Serra Talhada, que registrou 5.367 raios neste ano, contra 2.638 no primeiro trimestre anterior. Também aparecem entre os mais atingidos Floresta, Santa Maria da Boa Vista e Afrânio, municípios que concentraram forte atividade elétrica no período analisado.

Cidades de maior porte também sentiram os reflexos do aumento das descargas atmosféricas. Em Petrolina, foram contabilizados 4.336 raios em 2026, contra 1.566 no mesmo período de 2025. Já em Caruaru, o salto foi ainda mais significativo proporcionalmente, passando de apenas 27 descargas no ano passado para 203 neste ano.

Por outro lado, o fenômeno não se distribuiu de maneira uniforme. Em Garanhuns, por exemplo, houve redução no número de raios. O município registrou 182 descargas no primeiro trimestre de 2026, contra 453 no mesmo período do ano anterior.

Especialistas apontam que a intensificação das mudanças climáticas e a maior frequência de eventos extremos têm contribuído para esse cenário. O aumento da temperatura e a maior concentração de umidade na atmosfera favorecem a formação de nuvens carregadas, que resultam em tempestades mais intensas e maior incidência de raios.

Além disso, o período chuvoso no Nordeste costuma concentrar eventos elétricos mais intensos, especialmente em regiões do Sertão e do Agreste, onde as condições atmosféricas favorecem a formação de tempestades rápidas, porém fortes. Esse padrão tem se tornado mais frequente nos últimos anos, reforçando a necessidade de atenção redobrada durante períodos de chuva.

Os dados também indicam que a atividade elétrica atmosférica deve continuar elevada nos próximos meses, principalmente em períodos de instabilidade climática. O monitoramento contínuo é essencial para acompanhar a evolução do fenômeno e compreender melhor o impacto das mudanças no comportamento climático do Estado.

Com o aumento das descargas atmosféricas, especialistas reforçam orientações de segurança para a população, como evitar áreas abertas durante tempestades, não se abrigar sob árvores isoladas, desligar aparelhos eletrônicos e manter distância de estruturas metálicas e redes elétricas. Essas medidas ajudam a reduzir riscos e prevenir acidentes durante eventos climáticos mais intensos.

ARTIGO

(*) POR ANTÔNIO CAMPOS

Arraes, Jango, JK e a Operação Condor e a Conspiração Condor. Conspiração Condor

Entrou em veiculação nos cinemas o filme "A Conspiração Condor."

FOTO DIVULGAÇÃO



A Conspiração Condor é um filme brasileiro de 2026, pertencente ao gênero de drama político, dirigido por André Sturm, que também assina o roteiro em parceria com Victor Bonini. O longa é protagonizado por Mel Lisboa e conta ainda com a participação de Dan Stulbach no elenco. A narrativa acompanha a investigação de uma jornalista sobre as mortes suspeitas dos ex-presidentes brasileiros Juscelino Kubitschek e João Goulart, ocorridas em 1976, levantando a possibilidade de uma conspiração relacionada à Operação Condor. O filme teve sua première nacional na mostra Hors Concours do 27º Festival do Rio, em outubro de 2025, e chegou aos cinemas brasileiros em lançamento comercial no dia 9 de abril de 2026.

JOÃO GOULART

Em entrevista, João Vicente Goulart, presidente da Fundação João Goulart e filho do ex-presidente João Goulart, cuja morte completa 50 anos em 2026, reafirmou que seu pai foi assassinado pela Operação Condor, uma articulação entre ditaduras militares da América Latina responsável por perseguir e eliminar lideranças políticas durante o processo inicial de redemocratização do continente. Nesse contexto, destaco também o papel do ex-presidente norte americano Jimmy Carter como figura importante no processo de abertura democrática.

João Vicente cobrou do Estado brasileiro o cumprimento de seu dever institucional de investigar as circunstâncias reais da morte de seu pai. Ele relembrou a relação entre Jango e Miguel Arraes e destacou que Goulart faleceu 12 anos após o golpe militar, em Corrientes, na Argentina. Segundo relatos, ele teria sido vítima de dois assessores cooptados pela Operação Condor, que teriam substituído seus medicamentos por placebos. Pouco tempo depois, esses dois indivíduos apareceram em Paris com sinais evidentes de enriquecimento.

ARRAES, UMA TESTEMUNHA IMPORTANTE DA OPERAÇÃO CONDOR

Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, foi uma das principais testemunhas da Operação Condor e quase uma de suas vítimas. No próximo dia 13 de agosto, completam-se 20 anos de seu falecimento. Em depoimento à Comissão da Câmara dos Deputados sobre a Operação Condor, com áudio disponível no YouTube, Arraes respondeu a uma pergunta do então deputado federal Miro Teixeira, presidente da Comissão de Investigação da Operação Condor, afirmando:

"Os três nomes mais importantes da Frente eram justamente os líderes mais destacados dos três maiores partidos políticos extintos pelo golpe de 64. Eram eles, respectivamente, além de Juscelino, pelo PSD, João Goulart pelo PTB e Carlos Lacerda pela UDN. Entre os fatos mais notáveis da história recente do Brasil está a morte desses três líderes, em curto lapso de tempo, quando começava a delinear-se a abertura política do regime. Desapareceram, muito convenientemente para o regime de arbítrios, as três maiores alternativas de poder, posto que, em caso de eleições diretas, com certeza um dos três teria sido eleito Presidente da República."

REPRESENTAÇÃO PERANTE O MPF, DEVIDAMENTE PROCESSADA. REGISTRO JURÍDICO E HISTÓRICO

Durante dez anos, presidi o Instituto Miguel Arraes, a pedido de minha avó, Magdalena Arraes. Um dos principais feitos desse período foi apresentar, tanto em nome do Instituto quanto em meu nome pessoal, uma representação ao Procurador Geral da República, com base no depoimento de Arraes. A peça relatava seu importante testemunho sobre a Operação Condor, entre outros documentos e fatos, com um capítulo específico dedicado à morte de João Goulart.

O Ministério Público Federal acolheu essa representação, determinando sua juntada aos autos da investigação internacional conjunta sobre o caso, conduzida pelo Ministério Público Federal brasileiro e por promotores argentinos. Tal iniciativa permanece registrada nos arquivos oficiais da investigação binacional.

Ao contrário de outros países como Argentina, Chile e Espanha, o Brasil permanece como o único que não puniu nenhum dos envolvidos na Operação Condor, embora haja ampla comprovação da participação de agentes brasileiros. A Argentina prendeu o ex-presidente Rafael Videla. A Justiça chilena ordenou a prisão de 129 ex-militares e policiais participantes do esquema. Já a Justiça espanhola, por meio do juiz Baltasar Garzón, decretou a prisão de vários envolvidos, diante da execução também de cidadãos espanhóis durante a Operação Condor. O Chile, inclusive, reconheceu oficialmente que o poeta Pablo Neruda foi vítima dessa organização. Uma das vítimas da Operação Condor foi o poeta Pablo Neruda, que Arraes chegou a conhecer pessoalmente.

Em 2016, publiquei o livro Operação Condor no Brasil, que reproduz a representação mencionada, com 128 páginas, além dos anexos e do despacho do Ministério Público Federal brasileiro.

A BIOGRAFIA DE ARRAES

A biografia que estou escrevendo sobre Miguel Arraes começa com a passagem sobre o encontro na Argélia relacionado à Operação Condor. No próximo dia 13 de agosto, estarei lançando um site internacional para receber sugestões, documentos e depoimentos sobre Arraes, que poderão ou não ser utilizados, em uma obra coletiva, por meio do domínio arraesbiografia-coletiva.com.br.

Segundo o testemunho de Miguel Arraes à Câmara e as informações recebidas durante o exílio, João Goulart foi de fato assassinado pela Operação Condor, sob o comando da ditadura militar brasileira. Arraes chegou a enviar alertas a Jango e a outros líderes perseguidos ao tomar conhecimento, na Argélia, por meio de um grupo chileno, do início de uma operação de extermínio. Esse grupo informou que havia uma lista inicial de lideranças a serem executadas, lista que incluía o próprio nome de Arraes.

Durante minha presidência da Fundação Joaquim Nabuco, levei o acervo pessoal de Miguel Arraes para preservação nessa importante instituição, que leva o nome de outro gigante da história brasileira.

A IMPUNIDADE GERA REPETIÇÕES

Nesse ano, em 2026, completa 20 anos da primeira eleição de Eduardo Campos governador, eleito em 2006. Nunca desisti dele. Estou convicto de que sua morte, ocorrida em 2014, não foi um acidente aéreo comum, mas resultado de sabotagem. Eduardo era visto por adversários como um nome real para a Presidência da República, e a melhor maneira de ocultar um crime é fazê-lo parecer um acidente natural.

Como se vê, a impunidade gera a repetição de episódios como o de Jango e de outros.

Minha mãe, Ana Arraes, e eu movemos ação de produção antecipada de provas, sob o número 5001663 02.2017.4.03.6104, que tramita na 4ª Vara Federal de Santos. A perícia técnica já foi deferida. Contamos com parecer técnico de nosso assistente pericial, que indica falha provocada no disparo do compensador elétrico do profundor da aeronave, interferindo no estabilizador horizontal. Ao realizar uma manobra mais radical, a falha deu origem ao fenômeno conhecido como pitch down, colocando o avião em queda vertiginosa, sem controle pelos pilotos.

Sei os riscos que corro, mas, como diz o provérbio, o covarde morre todos os dias, enquanto o corajoso morre uma só vez, e apenas quando necessário.

Os nomes de Miguel Arraes e de Eduardo Campos estão inscritos no Livro dos Heróis da Pátria.

O Brasil e o mundo precisam conhecer a verdade sobre a Operação Condor e sobre a morte de João Goulart e outras vítimas. É necessário saber a real causa e o contexto da morte de Eduardo Campos e punir os envolvidos.

Como disse o bispo sul africano Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz:

"A verdade cura. Às vezes ela arde, mas cura."

10 de Abril de 2026
Antônio Campos
Advogado e Escritor

